



EDITAL n.º. 117/2011

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE PROFESSOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

O Pró – Reitor de Recursos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, no uso de suas atribuições e considerando a delegação de competência que lhe foi outorgada por meio da Portaria/R/ n.º. 1.046, de 12 de dezembro de 2008, do Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2008, seção 2, p. 16; e tendo em vista o que estabelecem a Lei n.º. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos aprovado pelo Decreto n.º. 94.664, de 23 de julho de 1987, o Estatuto e o Regimento Geral da UFU, e demais legislação pertinente e complementar; considerando os termos da Resolução do Conselho Diretor - CONDIR n.º. 08/2007, alterada pela Resolução n.º. 06/2009 de 06 de julho de 2009; e ainda, considerando o disposto no **Decreto n.º. 7.485 de 18 de maio de 2011, publicado no D.O.U., em 19/05/2011, que instituiu o banco de professores equivalentes**, torna público que será realizado Concurso Público de Provas e Títulos, para o cargo de **Professor** da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal de Uberlândia, para o **Instituto de Ciências Sociais**, mediante as normas contidas neste Edital.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O concurso visa ao preenchimento, pelos candidatos nele habilitados e aprovados e considerados aptos, em exame de saúde, obedecida a ordem de classificação, das vagas destinadas o **Instituto de Ciências Sociais**.

2 - DO REGIME JURÍDICO/REGIME DE TRABALHO/ATRIBUIÇÕES DO CARGO

2.1 – O regime jurídico será o da Lei n.º. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2.1.1 - O Regime de trabalho é o de **Dedicação Exclusiva**, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em 2 (dois) turnos diários completos, e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

2.1.2 - No regime de Dedicação Exclusiva o Professor deverá assinar Termo de Compromisso de cumprimento do regime de trabalho.

2.1.3 – O candidato nomeado em regime de dedicação exclusiva somente poderá ter alterado esse regime depois de decorridos, no mínimo, cinco anos de efetivo exercício de cargo de professor no referido regime.

2.2 - São atribuições do cargo de professor as atividades de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e de Administração Universitária, constantes de planos de trabalho e de programas elaborados pelas Unidades Acadêmicas; ou de atos emanados de órgãos ou autoridades competentes e demais disposições do artigo 173 do Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia e outras obrigações decorrentes da legislação federal ou da legislação interna da Instituição.

2.2.1 - No exercício de suas atribuições o professor incumbir-se-á de:

- I. Participar da elaboração da proposta pedagógica de sua Unidade Acadêmica;
- II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua Unidade Acadêmica;
- III. Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V. ministrar, com frequência obrigatória, as aulas que lhe forem designadas pela sua Unidade, nos dias letivos e horários fixados pela Unidade competente, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI. Promover e desenvolver atividades de Pesquisa e de Extensão; e
- VII. Colaborar com as atividades de articulação da UFU com a comunidade.
- VIII. Realizar atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração Universitária, constantes de planos de trabalho e de programas elaborados pela Unidade Acadêmica.



2.2.2 - Todo professor fica obrigado a ministrar, no mínimo, oito horas aulas semanais.

3 - REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1 – O candidato aprovado no concurso de que trata este Edital será investido no cargo, se atender às seguintes exigências:

- ter sido aprovado no concurso, na forma estabelecida neste Edital;
- ter nacionalidade brasileira. No caso de ter nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos. Se estrangeiro, ser portador de visto permanente;
- estar em dia com as obrigações eleitorais;
- estar em dia com os deveres do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- ser portador de titulação obtida em curso credenciado e reconhecido nos termos da legislação pertinente, indispensável à investidura no cargo de professor;
- ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada perante a Junta Médica da UFU;
- não estar suspenso do exercício profissional, nem cumprindo outra penalidade disciplinar;
- apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse;

4 - DA ESPECIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

Área:	Nº. de vagas:	Qualificação mínima exigida:	Regime de trabalho:
Ciência Política.	01.	Doutorado em Ciência Política, em Sociologia Política ou em Ciências Sociais com a área de concentração em Ciência Política.	Dedicação Exclusiva.

5 - REMUNERAÇÕES DO CARGO

5.1 - Ao candidato aprovado e investido no cargo, fica assegurada a remuneração correspondente à titulação apresentada, e ainda o auxílio alimentação no valor de R\$304,00.

-Adjunto Nível 1: R\$7.333,67.

6 - DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS

6.1 – A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

6.2 – As inscrições serão feitas na Secretaria do Instituto de Ciências Sociais, no Bloco “H”, sala 20 no Campus Santa Mônica. Telefone: (34) 3239-4238 e (34) 32394398. E-mail: secretaria@incis.ufu.br, **no período de 24 de janeiro de 2012 a 10 de fevereiro de 2012, das 8hs às 11hs e das 14h às 16hs, em dias úteis.**

6.2.1 – A inscrição poderá ser realizada pelo interessado, ou seu procurador mediante apresentação de procuração por instrumento particular acompanhada de documento oficial.

6.2.2 - A inscrição poderá ser feita também pelo correio, obrigatoriamente via SEDEX, valendo a data limite de postagem o dia **10 de fevereiro de 2012.**

6.2.4 – O valor da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de cancelamento do concurso público por conveniência ou interesse da Universidade.

6.3 - Ao se inscreverem, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- requerimento em formulário próprio com declaração de acatamento às normas do Concurso, disponível na secretaria da Unidade Acadêmica, responsável pela realização do concurso e no sítio da UFU www.ufu.br;
- comprovante do recolhimento da taxa de Inscrição no valor de R\$60,00(sessenta) reais, do Banco do Brasil S/A. A GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento poderá ser encontrada no sítio da UFU no www.ufu.br, acesse o link GRU/Serviços Administrativos/Taxa de Concurso Público;
- apresentar cópia do CPF;
- apresentar cópia do Título de Eleitor (para brasileiros natos ou naturalizados);
- apresentar cópia da Cédula de Identidade com foto ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado, no caso de ter nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos;
- prova de quitação com a justiça eleitoral; e quando couber, com o serviço militar (para brasileiros natos ou naturalizados);



g) três vias do Curriculum Lattes, abrangendo títulos acadêmicos, atividades didáticas, atividades científicas, profissionais e/ou artísticas, sendo apenas uma via acompanhada dos documentos comprobatórios.

h) no caso de estrangeiros, cópia do passaporte atualizado, com visto permanente; quando da investidura no cargo será exigido o passaporte segundo as normas do Conselho Nacional de Imigração;

6.3.1 - Não será aceita em hipótese alguma inscrição condicionada;

6.3.2- Os programas, a sistemática do concurso, o edital completo e demais instruções complementares estarão à disposição dos interessados no local de inscrição, no sítio de internet oficial da UFU (www.ufu.br), e no sítio de Internet do Instituto de Ciências Sociais (www.incis.ufu.br) a partir da data de início das inscrições, podendo ser divulgados a qualquer tempo após a publicação do edital.

6.3.3 - **No ato da inscrição a Unidade Acadêmica responsável pela realização do Concurso, entregará ao candidato, a pontuação a ser atribuída às atividades didáticas e/ou profissionais e produções científicas e/ou artísticas, considerando os itens dispostos nos incisos I e II, do parágrafo 3º do art. 19 da Resolução 08/2007, do CONDIR e demais procedimentos de avaliação a serem adotados na aplicação das prova escrita, e na prova didática. Para os casos de inscrição realizada via correio, a pontuação será enviada pelo mesmo veículo.**

6.4 – Os graus obtidos no exterior deverão atender ao disposto nos parágrafos 2º e 3º do art. 48 da Lei nº. 9.394/96.

6.5 - A Unidade Acadêmica divulgará, em até dez dias corridos após o encerramento das inscrições, no sítio de internet oficial da UFU, o resultado do deferimento da inscrição, bem como as datas, locais e horários em que deverão ocorrer as provas, observando o período mínimo de 15(quinze) dias, entre o fim do período de inscrições e o início da primeira prova.

6.5.1 – Do indeferimento da inscrição caberá recurso, ao Diretor da Unidade Acadêmica respectiva, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da divulgação.

6.6 – Poderá haver isenção da taxa de inscrição para o candidato que preencher os requisitos exigidos pelo Decreto nº. 6.593, de 2 de outubro de 2008.

6.6.1 – O requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá ser apresentado pelo candidato, ao Diretor da Unidade Acadêmica, até 05 (cinco) dias úteis, antes de iniciado o período de inscrições.

6.6.2 – O pedido de isenção da taxa de inscrição será analisado e deferido ou não até o início do período das inscrições.

7 – DAS PROVAS E TÍTULOS

7.1 - O concurso público de provas e títulos será realizado em duas etapas compreendendo as seguintes avaliações:

I – prova escrita, valendo 100 pontos, de caráter eliminatório (primeira etapa).

II – prova didática, valendo 100 pontos, de caráter classificatório (segunda etapa); e

III – apreciação de títulos, valendo 100 pontos, de caráter classificatório (segunda etapa).

7.2 - A(s) questão (ões) e/ou o(s) tema(s) da prova escrita será (ão) selecionado(s) por sorteio a partir de uma lista elaborada pela Comissão Julgadora, abrangendo assuntos do programa adequados a esse tipo de prova.

7.2.1 - Depois de sorteadas as questões e/ou tema e antes de iniciada a prova escrita, o candidato disporá de um prazo mínimo de duas horas para consulta de obras ou trabalhos publicados.

7.2.2 - A prova escrita terá duração de quatro horas.

7.2.3 – Na Prova Escrita, a Banca Examinadora avaliará e pontuará o candidato e em conformidade com os critérios a seguir:

a) capacidade analítica e crítica das questões, com pontuação igual a 30 pontos;

b) complexidade e acuidade dos conteúdos desenvolvidos, com pontuação igual a 25 pontos;

c) articulação e contextualização dos conteúdos desenvolvidos, com pontuação igual a 20 pontos;

d) clareza no desenvolvimento das ideias e dos conceitos, com pontuação igual a 15 pontos;

e) forma (uso da norma culta da Língua Portuguesa), com pontuação igual a 10 pontos.

7.3 - A prova didática consistirá na apresentação oral, observada a ordem de inscrição, de um tema sorteado com, no mínimo, vinte e quatro horas e no máximo trinta e seis horas de antecedência, abrangendo assuntos do programa.

7.3.1 – A prova didática, cuja assistência é vedada aos demais candidatos, será realizada em sessão pública e terá duração mínima de quarenta e máxima de cinquenta minutos, podendo haver um acréscimo de até vinte minutos para arguição pela Comissão Julgadora.



7.3.2 – A prova didática será realizada em sessão pública, devendo ser gravada para efeito de registro.

7.3.3 - Na Prova Didática, a Banca Examinadora avaliará e pontuará o candidato e em conformidade com os critérios a seguir:

- a) domínio do objeto de avaliação sorteado, com pontuação igual a 30 pontos;
- b) capacidade de organizar ideias a respeito do objeto de avaliação sorteado, com pontuação igual a 25 pontos;
- c) capacidade de expor ideias a respeito do objeto de avaliação sorteado ao nível do aluno de graduação, com pontuação igual a 20 pontos;
- d) objetividade, com pontuação igual a 15 pontos;
- e) espírito crítico, com pontuação igual a 5 pontos;
- f) coerência entre o plano de aula apresentado e o desenvolvimento da aula, com pontuação igual a 2,5 pontos;
- g) adequação da exposição ao tempo previsto, com pontuação igual a 2,5 pontos.

7.4 - Na apreciação de títulos, serão atribuídos até 100 pontos para as seguintes categorias de documentos: títulos acadêmicos, atividades didáticas e/ou profissionais nos últimos cinco anos, produção científica e/ou artística nos últimos cinco anos.

7.4.1 - Valoração dos títulos acadêmicos: Doutorado – 80 pontos. Mestrado – 75 pontos. Especialização – 73 pontos e Graduação – 70 pontos. Na valoração dos títulos acadêmicos, será considerado apenas o título de maior grau.

7.5 - A valoração das atividades didáticas e/ou profissionais, no valor máximo de 10 pontos, e a valoração da produção científica e/ou artística, no valor máximo de 10 pontos, totalizando, no máximo, 20 pontos, será definida nos termos do art. 19, da Resolução 08/2007, do CONDIR.

7.5.1 - O candidato com maior pontuação nas atividades didáticas receberá 10 pontos, e a pontuação dos demais candidatos será calculada proporcionalmente a essa pontuação.

7.5.2 - O candidato de maior pontuação nas atividades de pesquisa e extensão receberá 10 pontos, e a pontuação dos demais candidatos será calculada proporcionalmente a essa pontuação.

7.5.3 - As atividades didáticas e/ou profissionais e da produção científica e/ou artística serão pontuadas conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Pontuação
01	Título exigido de Doutorado	80 pontos
	Subtotal dos títulos acadêmicos	80 pontos
02	Projeto de pesquisa aprovado em agências de fomento estrangeiras	1,5 pontos por projeto até 3 (três)
03	Projeto de pesquisa aprovado em agências de fomento nacionais	1,0 ponto por projeto até 2 (dois)
04	Artigo publicado em periódicos indexados científicos especializados nacionais com corpo editorial	1,5 pontos por artigo Até 3 (três)
05	Artigo publicado em periódicos não indexados científicos especializados nacionais com corpo editorial	0,5 ponto por artigo até 1 (um)
06	Artigo publicado em periódicos científicos especializados estrangeiros com corpo editorial	2,0 pontos por Artigo Até 2 (dois)
07	Comunicações em eventos científicos internacionais com publicação de resumos	0,75 pontos por resumo Até 3 (dois)
08	Comunicações em eventos científicos nacionais com publicação de resumos	0,5 pontos por resumo Até 2 (dois)
09	Trabalho completo publicado em anais de evento científico nacional	1,0 ponto por trabalho Até 2 (dois)
10	Trabalho completo publicado em anais de evento científico internacional	1,5 pontos por trabalho Até 2 (dois)
08	Publicação de livro com selo de editora com corpo editorial (com ISBN)	3,0 pontos por livro Até 3 (três)
09	Publicação de capítulo de livro com selo de editora com corpo editorial (com ISBN)	1,0 ponto por capítulo Até 2 (dois)
10	Publicação de prefácio, posfácio, resenha ou apresentação de obras em geral.	0,5 ponto por publicação Até 2 (dois)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS
Desenvolvimento Humano e Social
DIVISÃO DE APOIO AO DOCENTE



11	Publicação de artigos e resenhas em jornais e revistas	0,1 ponto por artigo até 1 (um)
12	Orientação e aprovação de tese de doutorado	1,0 ponto por orientação até 4 (quatro)
13	Orientação e aprovação de dissertação de mestrado	1,0 ponto por orientação até 4 (quatro)
14	Orientação e aprovação de monografia de final de curso de Especialização	0,25 ponto por monografia Até 2 (dois)
15	Orientação e aprovação de monografia de final de curso de Graduação	0,25 ponto por monografia Até 4 (quatro)
16	Orientação e aprovação de relatório de Iniciação Científica	0,5 ponto por relatório Até 3 (três)
17	Orientação de projeto de ensino e ou extensão	0,5 ponto por relatório Até 2 (dois)
18	Tradução de livros	2,0 pontos por tradução Até 1 (um)
19	Tradução de capítulos de livros e ou de artigos em periódico indexado	0,5 ponto por capítulo Até 2 (dois)
20	Participação em banca examinadora de Concurso Público	0,5 ponto por banca Até 2 (dois)
21	Participação em banca examinadora de Doutorado (exceto quando orientador)	0,75 ponto por banca Até 3 (dois)
22	Participação em banca de qualificação de Doutorado (exceto quando orientador)	0,5 ponto por banca até 2 (dois)
23	Participação em banca examinadora de Mestrado (exceto quando orientador)	0,5 ponto por banca Até 2 (dois)
24	Participação em banca examinadora de Monografia de Especialização (exceto quando orientador)	0,25 ponto por banca Até 2 (dois)
25	Participação em banca examinadora de Monografia de final de curso de Graduação (exceto quando orientador)	0,25 ponto por banca Até 2 (dois)
26	Participação em conselho editorial	0,25 ponto por conselho Até 4 (quatro)
27	Participação em Conselho Editorial de publicações internacionais especializadas	0,25 ponto por evento Até 2 (dois)
28	Palestra/conferência proferida em evento científico internacional	0,5 ponto por palestra Até 2 (dois)
29	Palestra/conferência proferida em evento científico nacional	0,5 ponto por palestra Até 2 (dois)
30	Participação em comissão organizadora de eventos científicos	0,25 ponto por evento Até 2 (dois)
31	Participação em comissão científica de eventos científicos	0,25 ponto por evento Até 2 (dois)
32	Parecer <i>ad hoc</i> para publicações com corpo editorial	0,25 ponto por evento Até 2 (dois)
	Aprovação em concurso público inerente à habilitação, relacionado com a área de conhecimento.	0,5 ponto até 1 (um)
	Consultoria a órgão especializado de gestão científica, tecnológica ou consultoria técnica prestada a órgão público ou privado.	1,0 ponto por consultoria até 2 (dois)
	Prêmio por atividade científica, na área de conhecimento objeto do concurso	1,0 ponto por consultoria até 2 (dois)
	Subtotal da produção científica (últimos 5 anos) limitado a 10 pontos	10 pontos
33	Experiência docente no ensino superior em disciplina de Ciência Política Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i>	3,0 pontos ao ano limitado a 6,0 pontos
34	Experiência docente no ensino superior em disciplina de Ciência Política – Cursos de Graduação	2,0 pontos ao ano limitado a 4,0 pontos
35	Experiência docente no ensino superior em disciplinas de outras sub-áreas de Ciências Sociais – Graduação e Pós-graduação <i>Stricto sensu</i>	2,0 pontos ao ano limitado a 4,0 pontos



36	Programa especial de treinamento, especialização, mestrado e doutorado	1,0 ponto por programa limitado 2,0 pontos
37	Pós-doutoramento na área do concurso, com docência comprovada. Pontuação única.	3 pontos
38	Pós-doutoramento em área afim, com docência comprovada. Pontuação única.	1,5 pontos
Subtotal da experiência docente (últimos 5 anos) limitado a 10 pontos		10 pontos
Total da Prova de Títulos		100 pontos

8 – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

8.1 - Cada examinador dará uma pontuação entre 0 e 100 pontos, por prova de cada candidato, imediatamente depois de sua realização e apreciação.

8.2 - A nota de cada prova será obtida pela média aritmética da pontuação atribuída pelos examinadores.

8.3 - A nota da apreciação de título será obtida pela média aritmética da pontuação atribuída pelos examinadores.

8.4 - A classificação geral dos candidatos far-se-á pela média aritmética das notas obtidas na apreciação de títulos, na prova escrita e na prova didática, **nos termos do Artigo 16 do Decreto nº. 6.944 de 21 de agosto de 2009, anexo II.**

8.5 – Será considerado desclassificado o candidato que ainda na primeira etapa obtiver pontuação inferior a 70 (setenta) pontos na prova escrita.

8.6 - Será considerado desclassificado do concurso o candidato que obtiver pontuação inferior a 70 pontos na classificação geral.

8.7 – O Resultado final do concurso será homologado pelo Reitor e publicado no Diário Oficial da União.

9 - DA COMISSÃO JULGADORA

9.1 - O concurso será realizado por comissão julgadora, constituída por 03 (três) membros, sendo pelo menos um professor de outra Instituição de Ensino Superior e será presidido por docente da UFU, membro da Comissão.

9.1.1 - Os professores examinadores e seus respectivos suplentes serão indicados por deliberação do Conselho da Unidade Acadêmica e sua divulgação será feita no sítio oficial da UFU, em **até dez** dias corridos antes da realização da primeira prova do concurso público de provas e títulos.

9.1.2 - Será considerado impedido o membro da Banca que tenha entre os candidatos inscritos parentes consanguíneos, civis ou afins até o terceiro grau.

9.2. – Será considerado suspeito o membro da Banca que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos candidatos ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

9.2.1 – O membro da Banca que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

9.2.2 - O impedimento ou a suspeição cessarão com a desistência ou qualquer forma de eliminação, do concurso, da pessoa que os causou.

9.3 - A impugnação de membros da Comissão Julgadora será incontinenti apreciada pelo Diretor da Unidade Acadêmica, cabendo recurso ao Pró-Reitor de Recursos Humanos.

9.3.1 – O prazo para pedido de impugnação de membros da Comissão Julgadora bem como o Recurso será de 02 (dois) dias corridos após a sua divulgação.

9.4 - A Comissão Julgadora tem a autoridade final na apreciação dos aspectos de conteúdo acadêmico do concurso.

9.5 - A Comissão Julgadora elaborará a ata do concurso, de forma clara e objetiva, para ser encaminhada ao Reitor, acompanhada do parecer conclusivo e resultado final do concurso.

10 – DOS RECURSOS

10.1 – Cada candidato poderá interpor **um único recurso** no concurso público, após a publicação do resultado final do certame, encaminhado diretamente ao Reitor, entregue sob protocolo ou enviado pelo correio, com aviso de recebimento ou por sedex. O recurso só é cabível se devidamente fundamentado e quando relativo ao conteúdo das questões e temas das provas escrita e didática.



10.1.1 - O recurso somente será admitido se interposto no prazo máximo de dois dias úteis subsequentes à divulgação do resultado do resultado final do concurso.

10.2 – O candidato terá 02 (dois) dias úteis, a partir da data de divulgação do resultado da prova escrita para a solicitação, por escrito de vista da prova escrita.

10.3 - A Comissão Julgadora deverá dar vista da prova escrita e das pontuações obtidas individualmente na prova didática, e na apreciação de títulos, mediante solicitação do candidato por escrito, após a divulgação do resultado final do concurso.

10.4 - Não será permitido ao candidato conhecer o conteúdo ou a pontuação individual obtida pelos demais candidatos, exceto as informações de caráter público e geral.

10.5 - A vista de prova e da pontuação individual e o recurso poderão ser promovidos e efetivados pelo candidato ou por seu procurador legalmente constituído.

10.6 - O conteúdo dos pareceres, referentes ao indeferimento ou não do recurso apresentado quanto ao resultado final do concurso, estará à disposição dos candidatos ou de seus procuradores legalmente constituídos, na respectiva Unidade Acadêmica.

10.7 - Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem os mesmos recorrido.

11 - DO CANDIDATO APROVADO

11.1 - A aprovação no Concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Universidade Federal de Uberlândia, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos..

11.2 - No ato da posse o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Cópia da Cédula de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado; no caso de ter nacionalidade portuguesa estar amparado pelo Estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos;
- b) Cópia do Título de Eleitor (para brasileiros natos ou naturalizados);
- c) Prova de quitação com a justiça eleitoral e com o serviço militar, quando couber (para brasileiros natos ou naturalizados);
- d) No caso de estrangeiros, cópia do passaporte;
- e) Cópia autenticada da documentação comprobatória da qualificação mínima exigida para o Concurso.
- f) Comprovar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - O prazo de validade do presente Concurso Público de Provas e Títulos será de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, no interesse da Universidade Federal de Uberlândia.

12.2 - Será excluído do concurso o candidato que:

- I - fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- II – valendo-se da condição de servidor público, utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter a aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público;
- III – agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da Comissão Julgadora;
- IV – durante a realização da prova for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio fraudulento, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- V – não atender às determinações regulamentares da Universidade.

13 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos só se iniciam e vencem em dia de expediente na Universidade. Os prazos que vencerem em dias de sábado, domingo ou feriado, serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

14 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor.

Uberlândia, 21 de dezembro de 2011.

Sinésio Gomide Júnior